



**Comitê Temático Permanente 2 (CTP 2):** Legislação, Ordenamento e Gestão da Aqüicultura e Pesca.

**Grupo Temático 2 (GT 2):** Avaliação dos Conflitos entre as **Atividades Aqüícolas e Pesqueiras** e as **Comunidades Pesqueiras Artesanais**.

**Coordenador:** Ministério da Defesa – Capitão-de-Fragata Carlos Frederico Simões **Serafim**.

**Participantes:**

Ministério da Defesa	MD
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	MAPA
Ministério do Meio Ambiente	MMA
Ministério da Previdência Social	MPS
Ministério do Turismo	MT
Ministério da Integração Nacional	MIN
Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República	SEAP/PR
Banco Nacional do Nordeste do Brasil	BNB
Associação Brasileira de Aqüicultura	ABRAQ
Conselho Pastoral dos Pescadores	CPP
Associação Brasileira dos Criadores de Organismos Aquáticos	ABRACOA
Confederação Nacional dos Pescadores	CNP
Associação Brasileira dos Criadores de Camarão	ABCC
Conselho Nacional de Pesca e Aqüicultura	CONAPE

## RELATÓRIO

**Tema:** GT 2 - Avaliação dos Conflitos entre as **Atividades Aqüícolas e Pesqueiras** e as **Comunidades Pesqueiras Artesanais**.

**Propósito:** Promover o levantamento dos conflitos existentes e buscar soluções para os mesmos.

**Diplomas Legais Consultados:**

- Plano de Ação Federal da Zona Costeira do Brasil (PAF-ZC) – 2ª Edição/2005;
- Lei nº 9.984/2000 – Dispõe sobre a Criação da Agência Nacional de Águas (ANA) – Entidade Federal de Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de Coordenação de Gerenciamento de Recursos Hídricos;
- Lei nº 7.661/1998 – Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC);
- Dec. nº 5.300/2004 – Regulamenta o PNGC;
- Dec. nº 4.895/2003 – Dispõe sobre a autorização de uso de espaços físicos de corpos d'água de domínio da União para fins de aqüicultura;

- IN s/n/2005 – Estabelece o Plano de Desenvolvimento Local da Maricultura (PLDM);
- IN nº 06/2004/SEAP/PR – Estabelece as normas complementares para a autorização de uso dos espaços físicos em corpos d`água de domínio da União para fins de aquíicultura;
- IN Interministerial nº 08/2003 – Estabelece Diretrizes para Implantação dos Parques e Áreas Aquícolas, do que trata o Art. 20 do Dec. nº 2.869/1998 (revogada pelo Dec. nº 4.895/2003);
- Resolução CONAMA – nº 357/2005– Dispõe sobre a classificação das águas doces, salobras e salinas;
- Resolução CONAMA – nº 312/2002 – Dispõe sobre o Licenciamento Ambiental dos Empreendimentos de Carciniculturas da Zona Costeira;
- Resolução CONAMA – nº 237/1997 – Regulamenta os aspectos de Licenciamento Ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente;
- Resolução CONAMA – nº 013/1990 – Dispõe sobre Unidades de Conservação e Proteção dos Ecossistemas;
- Resolução CONAMA – nº 11/1986 – Altera a Resolução CONAMA – nº 001/1986;
- Resolução CONAMA – nº 001/1986 – Dispõe sobre Critérios Básicos e Diretrizes Gerais para o Relatório de Impacto Ambiental;
- Resolução CONAMA – nº 004/1985 – Dispõe sobre Reservas Ecológicas, Formações Florísticas e as Áreas de Florestas de Preservação;e
- Código de Conduta e de Boas Práticas de Manejo e de Fabricação para uma Carcinicultura Ambientalmente Sustentável e Socialmente Justa – Associação Brasileira de Criadores de Camarão - ABCC, 2005.

## **I) ANTECEDENTES / FATOR GERADOR**

Foi deliberada na 1ª reunião do CTP 2, realizada nos dias 10 e 11/MAR próximo passado, a criação do GT 2 sobre o tema e com o propósito retro mencionados. Na ocasião, foi eleito para a coordenação desse Grupo o Ministério da Defesa, pois, dentre outros motivos, possui total isenção e desinteresse em defender uma das partes beligerantes.

No intuito de se obter um retrato dos conflitos em mote, a presidência do CONAPE enviou uma enquete para os participantes do GT2 e Gerentes Regionais da SEAP/PR, a fim de levantar os possíveis conflitos existentes e priorizá-los por graus de intensidade, de modo a se tentar solucionar, inicialmente, os mais graves.

Independentemente, do resultado da enquete, a coordenação do GT 2 ressentiu-se da falta de conhecimentos e de experiência suficientes no tema em comento e, ademais, da injunção de se elaborar um documento preliminar, que pudesse, pelo menos, apresentar um ponto de partida para as discussões do GT 2, no sentido de facilitar e agilizar a elaboração de um documento contundente e derradeiro a ser submetido às apreciações do CTP 2, CONAPE e SEAP/PR, sucessivamente, contendo propostas de ações e medidas a serem implementadas no sentido de solucionar a contenda em epígrafe.

Nesse ínterim, a coordenação levantou e estudou a legislação acima relacionada e, ainda, conversou com as partes conflitantes, conjeturando a seguinte análise:

a) em consulta ao Plano de Ação Federal da Zona Costeira do Brasil (PAF-ZC) – 2ª edição/2005, recentemente atualizado pelo Grupo de Integração do Gerenciamento Costeiro (GI-GERCO), coordenado pelo MMA, em vias de ser aprovado pela Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), verificou-se que foram definidas áreas prioritárias para aplicação daquele Plano, de modo a concentrar esforços em áreas de maior pressão antrópica e com maiores demandas de planejamento estratégico.

Nessa vertente, foi atualizado o Macrodiagnóstico da Zona Costeira do Brasil na Escala da União, cuja 1ª edição foi aprovada em 1996 e a 2ª encontra-se sendo finalizada pelo MMA.

Esse documento apresenta cartas de risco e cartas-síntese, que apontam:

- as áreas que tendem à expansão urbana;
- as áreas que tendem a desenvolver atividades econômicas; e
- os graus de risco dessas áreas decorrentes.

Assim sendo, o Macrodiagnóstico conclui que a crescente demanda pela água, a poluição de origem urbana, agrícola e industrial, a presença de instalações portuárias, a expansão da infra-estrutura das diferentes modalidades de transporte e do turismo, a expansão aquícola, a depleção dos estoques pesqueiros e a proximidade de estruturas de indústrias petrolíferas apontam para os ambientes estuarinos, como os que condensam o maior número de motivos para a aplicação de programas, projetos e políticas especiais pelo Governo Federal.

Por outro lado, o PAF-ZC conclui que a Região Nordeste, seria o ponto de partida para aplicação dos referidos programas e políticas, pois é a que apresenta maiores vulnerabilidades de administração nos três níveis de governo, no que tange as atividades de ordenamento e gestão ambiental e territorial; e

b) em conversas com as partes beligerantes, a coordenação verificou que existem ódios surdos e rugas, com maior intensidade por parte dos pescadores artesanais em relação aos aquícultores, especialmente, os carcinicultores da região nordeste. Nessas conversas, a coordenação obteve a informação das áreas de possíveis conflitos.

Em face do quadro acima exposto, a coordenação decidiu, com recursos da SECIRM e o apoio logístico da ABCC, verificar “in locu” os reais problemas que estavam acontecendo entre os carcinicultores e as comunidades de pesca artesanal, tendo planejado visitar as fazendas de carcinicultura e as colônias/comunidades pesqueiras do litoral nordestino, entre as regiões de Rio Formoso (sul de Pernambuco) e Acaraú (noroeste do Ceará) e apresentar como resultado este Relatório, que se augura servir como documento preliminar para apontar as ações e medidas a serem tomadas para a solução dos eventuais conflitos em tela.

## II) INTRODUÇÃO / SÍNTESE

Visita às Comunidades e Colônias de Pescadores e Carciniculturas da Região Nordeste:

a) **Período:** 08 a 14/MAI/2005.

b) **Distância percorrida:** 1.837 km.

c) **Número de fazendas de camarão visitadas:** 27.

d) **Número de comunidades e colônias de pesca artesanal visitadas:** 08.

e) **Locais visitados**



### 1- Principais Fazendas de Camarão:

ESTADO	LOCALIDADE / MUNICÍPIO	NOME DA FAZENDA	PROPRIETÁRIO / GERENTE / ENTREVISTADO	ÁREA CULTIVADA (ha)
Pernambuco (sul)	Rio Formoso	Viveiro São João	Elias Pereira da Silva	0,3
		Campo Novo	Felipe Ferreira	17
	Barra do Serinhaém	Camarão da Barra	Antônio Nogueira	2,2
	Itamaracá / Chié / Salinas	MM Salinas	Michel Siqueira Pessey	10
Pernambuco (norte)		s/ nome	Sérgio Góes Cavalcanti Filho	08
	Pedreira	Manoel Paiva de Araújo Madureira	1,5	

		Galé R. Salinas	Manoel Francisco dos Santos	1,96
Paraíba (norte)	Baía da Traição / Camurupim / Tramataia	s/ nome	Manoel Cassiano	4,5
		Coqueirinho	Rildo Alves Régis	1,3
Rio Grande do Norte (sul)	Cunhaú / Vila Flor / Arez / Patané / Senador Georgino Avelino / Tibau do Sul / Lagoa de Guaraíras	Salinas	Maria Graça Vieira	45,5
		Werner Jost	Empresa Camanor Faz. Terra Cana Brava	103,8
		Marine	Manoel Sávio Vieira	208
		Formosa	Chi Wen Hiang	38 (ampliando)
		Umari	José Mollick	10
		Sonho Meu	Lenildo José Cavalcanti	8,17
		Lord	Luiz Hiagar	85
		Papeba	Pedro Fernandes Pereira	24
		Sítio Patané	João Alfredo Chacon	12
Rio Grande do Norte (norte / noroeste)	Touros / Macau / Pendências	Potiporã (maior do Brasil)	Grupo Queiroz Galvão	963
		Aquática Maricultura do Brasil	José Eduardo Vieira	310
		Condomínio S.Sebastião	Entrevistados alguns funcionários	88
Ceará (sudeste)	Aracati	Carcinicultura Compescal	Adalmir Valentim Costa	510
		Dace Dallas	Cláudio Parente Leal	50
		Vip Camarões	João Bezerra Leitão	44
Ceará (noroeste)	Acarauá / Aranaú / Volta do Rio / Espriado / Cauassu / Curral velho	Fazenda Joli	José Quintão	59
		AS Marine Ltda	Salapiel Rebouças	32
	Itarema	Ilha Comprida Aqüicultura Ltda	Stênio Rios	25

## 2 – Comunidades e Colônias de Pesca Visitadas:

ESTADO	LOCALIDADE / MUNICÍPIO	NOME DA COMUNIDADE / COLÔNIA	PRESIDENTE / ENTREVISTADO / Nº ASSOCIADOS
Pernambuco (sul)	Rio Formoso	Colônia de Pesca de Rio Formoso	Neco / 700
Pernambuco	Itamaracá / Chié /	Comunidade do Chié	Conceição e Wilma /

(norte)	Salinas		600
Paraíba (norte)	Baía da Traição	Colônia de Pesca da Baía da Traição / Comunidades Indígenas do Camurupim e Tramataia	Heleno Santana dos Santos (cacique) / 438
Rio Grande do Norte (sul)	Canguaretama	Colônia de Pesca de Canguaretama	Manoel Queiroz do Nascimento (vulgo Piola de cigarro) / 900
	Senador Georgino Severino	Prefeitura	Entrevista com a Secretária de Administração Lenice Ferreira Lins
Rio Grande do Norte (noroeste)	Pendências	Colônia de Pescadores de Pendências / Alto do Rodrigues / Carnaubais / Logradouro	Maria Zilda da Costa Silva / 550
Ceará (sudeste)	Aracati	Colônia de Pescadores de Aracati	Maria de Aquino / 1200
Ceará (noroeste)	Acaraú / Aranaú / Volta do Rio / Espriado / Cauassu / Curral velho	Colônia de Pescadores de Acaraú	Maria Luziara Rocha / 1000

#### f) Colaboradores

ABCC – Itamar Rocha (Presidente);

SEAP – João Deon (Gerente Regional) / Crisantina (PB) / Ivanilson (RN) / Reginaldo Feitosa (CE);

MAPA – Eliseu Augusto de Bento (RN) – Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca;

IBAMA - José Humberto Gondim Filho (CE) – Analista Ambiental a serviço da SEAP/PR;

Pesca Artesanal – Maneco (representante da colônia de Pescadores de Cabedelo); e

Freddy Vogeley (Engenheiro de Pesca) - guia.

Esse pessoal apoiou e acompanhou o coordenador e o engenheiro Freddy em seus respectivos estados.

#### g) Problemas Detectados / Ações Corretivas

Os seguintes problemas foram detectados ou relatados de forma pontual e em áreas restritas, sem se caracterizar como problemas generalizados:

### CARCINICULTURA

PROBLEMA	AÇÃO CORRETIVA
Lançamento de efluentes pelas fazendas de camarão contendo sólidos em suspensão, tais como: cloro (usado para esterilizar o fundo dos viveiros); e metabisulfito de sódio (utilizado na despesca para evitar a melanose no camarão.	Utilização de bacias/lagoas para a decantação da água e depósito dos sedimentos. Esta água seria recirculada e reaproveitada, sendo devolvida ao estuário após tratamento, evitando com isso, a poluição do estuário como descrito no Código de

<p>Pode causar depleção de O<sub>2</sub> se liberado diretamente no estuário).</p>	<p>Conduta da ABCC.          Construção de tanques para a concentração e tratamento da solução contendo metabisulfito, que pode ser tratada das seguintes formas:          - armazenagem em tanques para evaporação;          - neutralização com calcário, cal ou peróxido; e          - aeração prévia ao descarte, reutilização na despesca ou para a esterilização do fundo dos viveiros entre os cultivos.          Fortalecer a fiscalização e o monitoramento, que se encontram ineficazes e ineptos, para exigir e determinar a adoção do procedimento mais adequado, como por exemplo: o tratamento da água ou a construção de bacias de decantação, sumidouros, barragens de rejeitos, conforme for o caso.</p>
<p>Bloqueio imposto pelas fazendas de camarão ao acesso dos pescadores ao estuário/rio e às gamboas (local, no leito dos rios, onde se remansam as águas e o pescador encurrala o cardume para capturá-lo). As fazendas costumam captar a água do rio nas gamboas.</p>	<p>Construção de servidões e becos, largos o suficiente para permitir o fácil acesso dos pescadores e seus apetrechos (cestas / balaios / barcos, caniços, samburás; e etc...)          Criar um sistema de identificação nas portarias das fazendas, onde o acesso seria permitido por meio da mostra da carteira de pescador.          Cadastrar o pescador nas fazendas de camarão.          Fiscalizar e monitorar a restrição de acesso de pescadores ao estuário e às gamboas.          Tal procedimento, além de facilitar a vida do pescador, propicia que ele verifique se a fazenda está lançando efluentes no estuário.</p>
<p>Falta de licenciamento de instalação, ambiental e de operação de fazendas de aquicultura, especialmente, das fazendas de camarão.</p>	<p>Nos três níveis de governo e em parceria com a sociedade, promover atividades de ordenamento e gestão ambiental e territorial, principalmente, em setores e áreas de forte pressão antrópica, passando pelo planejamento territorial, licenciamento ambiental e outorga de direito de uso de recursos hídricos.          Criar interfaces normativas em pelo menos três campos: gestão de recursos hídricos, gerenciamento costeiro e gestão do uso de bens de domínio da União.          Fortalecer a fiscalização e o monitoramento, que se encontram ineficazes e ineptos.</p>
<p>Utilização inadequada da área de cultivo de camarão, por meio da extrapolação da capacidade de suporte do meio ambiente explorado, reduzindo a produção, causando impacto ambiental e a redução da vida útil dos viveiros.</p>	<p>Exercer a fiscalização e o monitoramento das principais fontes antrópicas (esgoto domésticos e despejos agroindustriais) de poluição que prejudicam a capacidade de suporte dos estuários e dos viveiros, assim como orientar os carcinicultores a iniciarem e manterem seu empreendimento gerenciado tecnicamente por um engenheiro de pesca, profissional que, geralmente, é contratado para a instalação e operação das fazendas e, também, por um analista</p>

	<p>ambiental, que participa de todo o processo e a vida dos viveiros.</p> <p>Adotar ações corretivas para minimizar o impacto ambiental, tornando-o aceitável.</p>
<p>Construção de fazendas afastadas das margens do estuário e em locais altos, provocando a contaminação de lençóis freáticos (mananciais aquíferos subterrâneos).</p>	<p>Exercer a fiscalização e o monitoramento, assim como orientar os carcinicultores a iniciarem e manterem seu empreendimento gerenciado tecnicamente por profissionais capacitados.</p> <p>Adotar ações corretivas para minimizar o impacto ambiental, tornando-o aceitável.</p>
<p>Invasão e destruição de manguezais para a construção de criatórios.</p>	<p>Fortalecer a fiscalização e o monitoramento, que se encontram ineficazes e ineptos.</p> <p>Adotar ações corretivas para minimizar o impacto ambiental, tornando-o aceitável.</p> <p>Efetuar o ordenamento territorial e adotar os rigores da lei na concessão do licenciamento ambiental para instalação do empreendimento.</p>

### **PESCA ARTESANAL**

<b>PROBLEMA</b>	<b>AÇÃO CORRETIVA</b>
<p>Utilização de redinhas na captura do caranguejo, causando depleção da fauna local e poluição ambiental, por meio das redinhas abandonadas.</p>	<p>Ratificar com veemência a proibição de utilização deste apetrecho e exercer a fiscalização.</p>
<p>Utilização de artefatos explosivos na pesca artesanal (bomba), causando a mortandade indiscriminada da fauna e microfauna.</p>	<p>Ratificar com veemência a proibição de utilização desta modalidade de pesca e exercer a fiscalização.</p>
<p>Utilização de malhas proibidas para arrasto (malhas finas), provocando a morte da fauna acompanhante e de indivíduos juvenis.</p>	<p>Fiscalizar e coibir a venda no comércio de redes proibidas.</p> <p>Ratificar com veemência a proibição de utilização desta modalidade de pesca e exercer a fiscalização.</p>
<p>Utilização de produtos químicos para pesca no estuário (rios e baías), como a raiz timbó, cujo macerado (chá) é lançado na água, em torno do manguezal e gamboas, estonteando os peixes e fazendo-os boiar, quando, então, são capturados. Este procedimento provoca impacto ambiental, por meio do desequilíbrio do ecossistema, matando a fauna e flora dos manguezais.</p>	<p>Ratificar com veemência a proibição de utilização desta modalidade de pesca e exercer a fiscalização.</p>

### **OUTROS PROBLEMAS**

<b>PROBLEMA</b>	<b>AÇÃO CORRETIVA</b>
<p>Existência de esgoto a céu aberto em diversas cidades, escoando diretamente para os estuários</p>	<p>Fiscalizar e monitorar as estações de tratamento de esgoto urbano. Construir redes de esgoto e</p>

onde se pratica a pesca e se cultiva camarões. Nesses locais, por exemplo: Macau, Pendências, Aracati, Acaraú e Itarema observou-se que as águas afluentes, nitidamente, encontravam-se poluídas.	tratamento das águas servidas das cidades.
---	--

## **h) Aspectos Positivos Observados**

1- Diminuição significativa dos conflitos observados ou relatados no passado. Verificou-se e escutou-se que não há mais atritos de relevância entre os aquícultores e comunidades/colônias de pesca artesanal, pelo menos nas regiões visitadas e cercanias. Notou-se, claramente, que existe um arrefecimento das beligerâncias. Está havendo, nitidamente, uma evolução na conscientização por ambas as partes, da exploração racional e sustentável, assim como da necessidade de interação e harmonia;

2 – Manifesto desejo das comunidades e colônias de possuírem sua própria aquíicultura (ostra, macroalgas, camarão, peixe, caranguejo e marisco), o que garantiria uma rentabilidade para as comunidades /colônias, aumentando a inserção social do pescador, provendo sua maior segurança alimentar e o desenvolvimento da região. Já existe vários microcarcinicultores / micromaricultores (área de cultivo menor que 02 ha) oriundos da pesca artesanal. Reina, também, a mentalidade, por parte das comunidades tradicionais de pesca, de cultivar e cultivar suas tradições, assim como de conservar e proteger o patrimônio cultural e natural;

3 – Forte mudança de atitude e de mentalidade dos carcinicultores em relação às comunidades locais, reforçando a importância do seu papel sócioeconômico. Há uma busca incessante para se obter interação com o pescador artesanal, com raras exceções;

4 – Aumento da facilidade de acesso do pescador artesanal a novas modalidades de pesca e apetrechos mais sofisticados e eficientes;

5 – Maior conscientização do pescador artesanal sobre os seus direitos (seguridade) e deveres (preservação do meio ambiente, pesca sustentável, respeito aos viveiros dos carcinicultores e etc...).

Nota-se que está ocorrendo uma transição na mentalidade do pescador artesanal, que vem ampliando seus horizontes e se aculturando, principalmente, os seus descendentes;

6 – Não chegou ao conhecimento do coordenador a existência de trabalho escravo nas carciniculturas. Foi visto sim, trabalho duro, com horários rígidos e jornadas prolongadas, principalmente dos arraçoadores, mas aparentemente legal.

Em pouquíssimas fazendas os empregados entrevistados reclamaram de seus patrões e, quando o fizeram, foi por causa, basicamente, pelo atraso de salários. Por sua vez, os empregadores se justificaram alegando os seguintes problemas que causaram a diminuição significativa da produção e, por conseguinte, menores lucros, provocando o atraso no pagamento dos trabalhadores:

- desvalorização do dólar americano (grande parte de nosso camarão se destina à exportação);

- ação “anti-dumping” dos EUA;

- grande índice pluviométrico registrado, atípico na região, prejudicando o crescimento do camarão; e

- ocorrência da Síndrome da Necrose Idiopática Muscular do Camarão (NIM), que contaminou grande parte dos criatórios nordestinos, obrigando muitos carcinicultores a recorrerem a empréstimos para manterem seus negócios, enquanto outros quebraram. Esta doença já foi eliminada;



7 – Em enquete feita junto aos pescadores, verificou-se que muitos migraram para o trabalho nas fazendas de camarão, inclusive suas mulheres que se encontram empregadas, em maior número, nas fábricas de beneficiamento; e

8 – Em diversos locais observou-se e comentou-se sobre a renovação dos manguezais, que, em sua grande maioria se encontravam viçosos e em plena expansão. Apenas os manguezais que estavam sofrendo forte pressão antrópica aparentavam estagnação.

## II) ANÁLISE / CONSTATAÇÕES

### a) Situação do Setor Pesqueiro e Aquícola no Brasil

Apesar de sua grande extensão costeira, com cerca de 8.500 km de costa no Atlântico Sul, o Brasil possui uma produção pesqueira bastante reduzida, ocupando a 27<sup>a</sup> posição entre os países produtores, atrás de nações como Vietnã, Bangladesh e Myanmar.

Em grande parte, a tímida participação brasileira nos desembarques mundiais de pescado deve-se às condições oceanográficas prevaletentes nos mares brasileiros, as quais não favorecem uma elevada produtividade. Diversos entraves políticos e estruturais também têm contribuído historicamente para esta situação.

### b) Produção Brasileira

A produção pesqueira nacional, representada no quadro abaixo, por captura cresceu significativamente entre 1967 e 1973, saltando de 435.000 t para 750.000 t, um crescimento equivalente a 70%, em seis anos, crescimento este, em grande medida, propiciado pelos incentivos fiscais instituídos pelo Decreto-Lei nº 221/67 – Lei da Pesca.

Nos doze anos seguintes, entre 1973 e 1985, a taxa de crescimento caiu para menos da metade, atingindo cerca de 30%, para o período, com uma produção desembarcada, em 1985, igual a 970.000 t.

A partir deste máximo, a produção pesqueira nacional declinou, caindo para 650.000 t, em 1995, significando uma retração de 30% em uma década. A razão para esta forte queda na produção foi a exaustão dos estoques, resultante da falta de planejamento e do conseqüente crescimento desordenado vivenciado pelo setor, o qual resultou em um esforço de pesca fortemente concentrado na pesca extrativa e nos recursos costeiros.

O crescimento entre 1999 e 2002 ocorreu principalmente em função da expansão da pesca oceânica e da aqüicultura, particularmente do cultivo do camarão marinho.

Em 2003, a retração se deveu a uma redução dos arrendamentos e a uma retração da carcinicultura, particularmente em função da ação “anti-dumping” movida pelos Estados Unidos e pela NIM (Síndrome da Necrose Idiopática Muscular), que contaminou grande parte de nossos criatórios.

As principais dificuldades enfrentadas pelo setor pesqueiro nacional são as deficiências relativas ao acompanhamento sistemático da produção (estatística pesqueira) e à fiscalização ineficaz das medidas de ordenamento.

O IBAMA encontra-se levantando a produção pesqueira do País em 2004.

ANO	PRODUÇÃO (Ton)
1967	435.000
1973	750.000
1985	970.000
1995	650.000
1999	775.000
2000	844.000
2001	937.000
2002	1.007.000
2003	997.000

### **c) Pesca Artesanal**

No segmento da pesca artesanal estuarina e costeira, considerando-se a atual condição de esgotamento da maioria dos estoques, já não há praticamente qualquer possibilidade de expansão das capturas, a exceção de algumas poucas espécies, como a anchoíta.

A recuperação do setor deve ser assim, buscada a partir do aprimoramento dos instrumentos de gestão, ordenamento e fiscalização, no sentido de assegurar a sustentabilidade da atividade, além de iniciativas que permitam agregação de valor ao produto capturado, sem que haja necessariamente uma ampliação da produção, pois há grande depleção dos estoques e a biomassa de nossos recursos pesqueiros é diminuta.

Dentre os problemas enfrentados pela pesca costeira, pode-se destacar:

- a) esforço de pesca excessivo e pesca predatória, causando a exaustão dos recursos;
- b) poluição agrícola, urbana e industrial; e
- c) ocupação desordenada da faixa litorânea, que causa forte impacto antrópico, pela destruição de manguezais e estuários, especulação imobiliária e desestruturação das comunidades pesqueiras.

Todos esses problemas têm como principal consequência a grave crise social enfrentada pelo setor pesqueiro artesanal.

Entre as alternativas disponíveis para se estimular a recuperação do setor estão:

- a) desenvolvimento da aqüicultura, particularmente em escala familiar;
- b) organização da base produtiva (associativismo, cooperativismo e gestão);
- c) desenvolvimento de técnicas de beneficiamento e conservação do pescado que permitam a agregação de valor ao produto capturado;
- d) desenvolvimento de novas tecnologias de captura, que permitam a exploração de novos estoques;
- e) política de crédito adequada à atividade e voltada para a melhoria de infra-estrutura, aparelhos de pesca e embarcações;
- f) capacitação e treinamento nas várias fases da cadeia produtiva, incluindo a alfabetização dos pescadores e dos seus filhos; e
- g) aprimoramento dos processos de comercialização.

### **d) Aqüicultura**

Pela análise do setor pesqueiro, denota-se que a aqüicultura é o macrovetor para o aumento da produção pesqueira no País. Em face da atual conjuntura do setor pesqueiro mundial e, em especial do Brasil, onde está claramente evidenciada a importância da aqüicultura para o aumento da oferta de pescados, torna-se imperativo, uma tomada de posição, especialmente por parte dos países detentores de potencial natural, no sentido de se adotar as medidas e ações necessárias à promoção do desenvolvimento ordenado desse estratégico segmento do setor pesqueiro.

Dentre os vários ramos da aqüicultura, a carcinicultura (criação de crustáceos) de camarão marinho tem se destacado em todo o mundo, inclusive no Brasil, tanto pelo total domínio do seu processo tecnológico, como pelos atraentes números que o produto resultante da sua exploração vem obtendo no mercado internacional. Desse modo, o desenvolvimento dessa atividade, vem funcionando como um carro chefe do desenvolvimento da aqüicultura de uma forma geral, pois a tecnologia gerada por esse setor, passa automaticamente a alimentar os demais segmentos da aqüicultura.

Por isso, em consideração ao atraso tecnológico do Brasil na área da aqüicultura e, ainda, o insuficiente e disperso apoio institucional, o que tem dificultado a geração de tecnologia própria, tem-se que a atividade de carcinicultura marinha representa sem dúvida, o caminho mais curto para a obtenção desses benefícios, haja vista que o Brasil hoje, é na realidade a melhor alternativa para o crescimento dessa atividade em termos mundiais (2.500.000 ha de manguezais – maior do mundo).

No entanto, para que o Brasil alcance o desenvolvimento desejável, faz-se necessário, principalmente, a exemplo do que ocorreu em todos os países aonde esta atividade vem se desenvolvendo:

- uma urgente revisão na legislação, aprimorando a ineficaz e corrigindo a conflitante, notadamente a legislação ambiental, com destaque para o manejo dos manguezais, de modo que haja uma racional compatibilização entre a produção biológica e a preservação desses ecossistemas;
- efetuar o ordenamento territorial, o gerenciamento costeiro e a gestão do uso de bens de domínio da União; e
- fortalecer a fiscalização e o monitoramento, assim como estabelecer programas de gestão ambiental em setores e áreas de forte pressão antrópica.

Pelo crescimento da aqüicultura e pela difícil conjuntura do setor pesqueiro tradicional brasileiro, tem-se que é chegada a hora de se investir fortemente na aqüicultura de forma racional e sustentada.

Desse modo, o desenvolvimento de uma atividade orientada e inerente ao habitat natural dos pescadores artesanais, como forma de criar alternativas para a produção, geração de emprego e renda, se constitui da mais alta importância para a sócioeconomia dessas regiões, especialmente quando se observa que a permanente renovação da água dos viveiros, tem uma ação decisiva para a eutroficação (aumento excessivo de nutrientes na água, especialmente fosfato e nitrato, o que provoca crescimento exagerado de certos organismos, comumente algas) dos ambientes aquáticos adjacentes, desde que desprovida de elementos químicos como o cloro e o metabisulfito de sódio. Isso, pelo fato de que as fertilizações e as transformações que se processam na ecologia dos viveiros, contribuem para o enriquecimento natural da água que retorna ao meio natural, favorecendo o desenvolvimento das suas populações, resultando no conseqüente aumento da sua produção biológica, representada por moluscos, peixes e crustáceos.

Por outro lado, é preciso levar em consideração o fato de que as atividades da aqüicultura estuarina e da maricultura, representam uma das poucas alternativas viáveis do ponto de vista sócio-econômico, para manutenção das comunidades de pescadores artesanais e rurais adjacentes nos seus habitats naturais e na conservação do seu patrimônio cultural e tradicional, evitando-se o êxodo dessas populações para os grandes centros urbanos, que nos últimos anos vem aumentando o cinturão de miséria na periferia das grandes cidades brasileiras.

Por fim, ratifica-se a profissão de fé no iminente papel que a aqüicultura deverá desempenhar para o aumento da produção pesqueira brasileira ainda nesta década. Isso, baseado na constatação de que o setor político já demonstra uma maior consciência técnica sobre a importância dessa atividade e, o setor técnico, pelo seu lado, vem transparecendo uma maior consciência política, de tal forma, que todos já se sentem incomodados com o fato de o nordeste ser considerado um eterno detentor de um tremendo potencial, enquanto a esmagadora maioria da sua população rural, amarga hoje, a condição de miséria quase absoluta, o que, aliás, já é motivo de discriminação dentro do próprio País.

Na verdade, esse é um dos aspectos que vem influenciando essa mudança de comportamento nos segmentos acima referidos, pois se percebe que esse amadurecimento das classes sociais, já é uma defesa contra um julgamento da história, uma vez que a persistir essa situação no setor pesqueiro, essa geração não será perdoada pela sua incompetência em traduzir toda essa imensa potencialidade apresentada pelas diversas macroregiões nordestinas, em benefícios para as suas comunidades.

### **III) CONCLUSÕES / SUGESTÕES**

Em face de todas as ponderações e observações acima descritas, conclui-se que:

a) não foram detectados conflitos acirrados nos locais visitados que venham a exigir a adoção de medidas corretivas imediatas para se promover o entendimento entre o carcinicultor e o pescador artesanal. As notas veiculadas na mídia contrárias ao carcinicultor não são falaciosas em sua essência, porém parecem ser, s.m.j., impregnadas de tedenciosidade, empirismo e fisiologismo, pois não dimensionam corretamente os problemas, quase sempre generalizando-os e exagerando-os. Há fortes indicadores de que as partes estão se interagindo, chegando à compreensão de que os maiores prejudicados, caso haja conflitos, são eles mesmos;

b) o GI-GERCO, coordenado pelo MMA, atualizou o PAF-ZC e a partir de premissas e objetivos definidos, idealizou linhas de ação (LA) alicerçadas em três grandes blocos e em seis projetos, em execução desde 1996, a saber:

- LA 1 – Ordenamento Ambiental Territorial – Projeto de Instrumentalização dos três níveis de governo para o ordenamento ambiental territorial - Projeto de Gestão Integrada da Orla Marítima (Projeto Orla);
- LA 2 – Conservação e Proteção do Patrimônio Natural e Cultural – Projeto Estratégia para a Reserva de Áreas para a Proteção Ambiental da Zona Costeira e Marinha;
- LA 3 – Controle e Monitoramento – Projeto de Sistema Nacional de Monitoramento da Zona Costeira – Projeto Agenda Ambiental Portuária – Projeto de Fiscalização Integrada da Zona Costeira.

Ao se deparar com os objetivos gerais dos projetos supra-mencionados, verifica-se que esses se coadunam com quase a totalidade das ações antevistas para a solução dos problemas da aqüicultura e da pesca artesanal, corroborando o fato de que as áreas prioritárias para a aplicação dos mesmos são as regiões estuarinas do Nordeste Brasileiro. A perguntas que se depreendem são: Qual seria o papel da SEAP/PR nos problemas aventados? Como a SEAP/PR poderia contribuir com o GI-GERCO?

Ademais, julga-se que a SEAP/PR, por meio do seu representante no GI-GERCO, deverá manter informado o CONAPE / CTP 2 da evolução das ações e medidas que estão sendo tomadas, atinentes à carcinicultura e à pesca artesanal, cabendo-nos verificar se essas estão surtindo efeito e, se necessário, realimentar o sistema.

c) além desses programas e projetos, o PAF-ZC também apresenta as seguintes medidas e ações a serem implementadas:

- a integração dos produtos do Macrodiagnóstico da Zona Costeira (informações sócio-econômicas, ambientais e institucionais; e visão real do conjunto territorial da região) ao Sistema de Informações do Gerenciamento Costeiro e Marinho (SIGERCOM), inicialmente da Região Nordeste, com vistas a formar uma base de dados, que auxiliará na coleta de subsídios para a adoção de Zona Costeira como unidade de planejamento federal para efeito de definição e integração de políticas públicas, em interação com as orientações para a elaboração do PPA 2008-2011;

- a promoção de cursos de capacitação em planejamento ambiental estratégico e formulação de políticas públicas de base territorial, direcionados para o pessoal envolvido na implementação do PAF-ZC;

- a implementação da proposta de Extensão Litorânea, que visa a aproximar as Universidades dos problemas locais que, além de prestarem apoio técnico, desenvolverão projetos que contribuam com a consecução dos objetivos dos programas e projetos do PAF-ZC, melhorando dessa forma, o desempenho dos Comitês de Articulação; e

- a revisão na legislação, aprimorando a ineficaz e corrigindo a conflitante, notadamente a legislação ambiental, com destaque para o manejo dos manguezais, de modo que haja uma racional compatibilização entre a produção biológica e a preservação desses ecossistemas e, ainda, no ordenamento territorial, no gerenciamento costeiro e na gestão do uso de bens de domínio da União, como também, no fortalecimento na fiscalização, no monitoramento e no estabelecimento de programas de gestão ambiental em setores e áreas de forte pressão antrópica.

Os programas, projetos, medidas e ações do PAF-ZC são conduzidos pelos Comitês de Articulação.

d) o PAF-ZC não descarta as políticas de pesca da SEAP/PR, dentre elas, o Plano Local de Desenvolvimento da Maricultura (PLDM) para as áreas prioritárias (estuários do nordeste), que utiliza mecanismos de zoneamento em escala municipal. O seu objetivo é ordenar a utilização de áreas já ocupadas e planejar o futuro desenvolvimento da maricultura em áreas da União e dos estados, de acordo com as compatibilidades locais, pressupondo a sustentabilidade e a redução de conflitos com outros setores usuários dos recursos naturais, dentre eles, o da pesca artesanal. Assim sendo, a articulação das diretrizes do PLDM com o ordenamento territorial do PAF-ZC torna-se indispensável.

Como se vê, a aplicação do PLDM se constitui, também, numa ação pró-ativa para a solução dos problemas da carcinicultura e da pesca artesanal no Nordeste Brasileiro;

e) a título de contribuição com as atividades conduzidas nos diversos programas e projetos do GI-GERCO, pode-se enumerar as seguintes ações pontuais:

## 1- Pesca Artesanal

Temática – Políticas Públicas e Profissionalização para as Colônias de Pescadores da Região Nordeste:

META	AÇÃO
Alfabetização, Lazer e Cultura	Alfabetização e atividades recreativas e culturais
Treinamento e Profissionalização	Cursos: <ul style="list-style-type: none"><li>• confecções de malha</li><li>• pulsar</li><li>• corte e costura</li><li>• pintura</li></ul>
Assistência Técnica	Prover a assistência técnica contínua no setor pesqueiro
Fiscalização	Coibir o desmatamento Combater a pesca predatória Praticar o exercício das leis ambientais
Saúde	Implantar o Plano de Saúde Familiar

Temática- Reestruturação e Gestão das Colônias de Pescadores da Região Nordeste

META	AÇÃO
Apoio Jurídico	Cooperativismo e Associativismo nas colônias. Criação junto às colônias de pescadores de associações ou cooperativas para apoiar o setor produtivo e comercial. Parceiros: SEAP/PR / SEBRAE. Elaboração de Regimento Interno único para as colônias, resguardando as peculiaridades de cada uma. Alteração estatutária de adequação das colônias como colônia e sindicato dos pescadores e trabalhadores do setor pesqueiro. Assessoria jurídica e auxílio da Federação dos Pescadores para resolver o problema da inadimplência. Desbloqueio das vias de acesso ao estuário.
Infra-estrutura	Construção de fábrica de gelo. Aquisição de equipamentos de navegação (GPS). Construção de lagoa de decantação e sumidouros pelos carcinicultores.
Capacitação	Nas áreas de administração e gestão.

## 2 – Aqüicultura

- engajamento dos órgãos ambientais federais e estaduais, no sentido de dar a conhecer e exigir para o licenciamento operacional da fazenda a assinatura de um termo de compromisso pelo produtor, para a adoção do Código de Conduta e de Práticas de Manejo para o desenvolvimento de uma carcinicultura ambiental e socialmente responsável, fundamentada na análise das práticas de manejo que, conduzidas com as especificações requeridas, podem evitar ou minimizar impactos ambientais e sociais;

- perseguir a implantação do Programa de Biossegurança (instalação de laboratórios de biossegurança nas fazendas / região), por meio da implementação do Protocolo de Biossegurança, adotando uma série de procedimentos técnicos durante todas as etapas do ciclo de produção do

camarão, a fim de se obter bons resultados no cultivo, prevenir doenças e evitar a proliferação de enfermidades;

- conceder o uso de espaços físicos em corpos d'água de domínio da União para as colônias de pesca cooperativadas / associativadas construírem seus criatórios e subsidiar o pós-larvas, equipamentos, insumos, assistência técnica e processamento e comercialização da produção, até a 2ª despesa, quando a colônia, a partir de então, arcaria com a responsabilidade de gerenciar e custear o empreendimento. Os lucros advindos seriam repartidos pelos pescadores e reinvestidos na produção.

Tal iniciativa gerará emprego e renda, promovendo a inserção social dos pescadores, contribuirá com a sua segurança alimentar e desenvolverá a região, além de proporcionar mais tranquilidade para o pescador na época do defeso, na eventualidade de um crime ambiental ou quando peixe escassear; e

- ainda nessa mesma vertente, poder-se-ia vir a implantar pólos de carcinicultura marinha, que teriam, dentre outros, os seguintes objetivos:

- desenvolver um modelo integrado de produção de camarão marinho, voltado para a participação de pequenos produtores, apoiados por uma estrutura de serviços básicos essenciais, como disponibilidade de pós-larvas, insumos, equipamentos, assistência técnica e processamento e comercialização da produção;

- formar uma massa crítica de produtores e consumidores suficientemente sólida para atrair os investimentos em tecnologias na área de carcinicultura marinha, amplamente disponíveis em todo mundo;

- criar um pólo irradiador de tecnologia na área de cultivo de camarão; e

- criar alternativas de emprego produtivo para os pescadores artesanais e trabalhadores rurais adjacentes.

## **VI) CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As propostas contidas neste Relatório não se revestem da pretensão de esgotar todas as alternativas para os problemas da pesca artesanal e da aquíicultura, com foco na Região Nordeste do País. Contudo, pode-se asseverar que os elementos reunidos para formação dos juízos de valor concebidos no texto são verdadeiros e desprovidos de qualquer tendenciosidade e, também, adornados de plena isenção.

Ao se entrevistar os presidentes das colônias de pesca, pescadores, pessoas da comunidade, proprietários de fazendas de camarão, seus gerentes e seus trabalhadores, assim como pessoas de entidades governamentais, procurou-se não se gerar quaisquer expectativas, no sentido de se fazer promessas para a resolução dos problemas relatados. As entrevistas revestiram-se de um caráter inquisitivo, no intuito de se levantar os problemas, para que, futuramente, fossem elaboradas propostas de solução, que, ainda, seriam submetidas a diversos fóruns, antes de se tornarem políticas públicas a serem implementadas naquela região.

Como dito anteriormente, tenciona-se que este Relatório seja apresentado ao GT 2, como um documento inicial, aonde deverão se calcar os debates, a fim de se encontrar a melhor solução para os problemas em mote.

Ademais, a fim de manter coerência com as linhas de ação anteriormente propostas, sugere-se que o trabalho produzido pelo GT 2, a ser submetido à apreciação / aprimoramento do CTP 2 e do CONAPE e participado à SEAP/PR, seja encaminhado à coordenação do GI-GERCO (MMA), por meio do representante daquele Ministério no CONAPE/GT2, a título de contribuição para os programas e projetos do PAF-ZC e, também, para ampliar a base de dados do SIGERCOM.

Em anexo encontram-se várias fotografias tiradas por ocasião das visitas às fazendas de camarão e às comunidades / colônias de pescadores.

Brasília, em 27 de maio de 2005.

**CARLOS FREDERICO SIMÕES SERAFIM**  
Coord. do GT 2, do CTP2 do CONAPE